

FISCAL DE TRIBUTOS

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

DOMINGO TARDE

EDITAL Nº 001/2026

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE PORTO CALVO (AL)

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência dos materiais

✓ Confira seu nome, documento e número de inscrição nos materiais recebidos.
✓ Verifique o Caderno de Questões quanto à impressão e numeração.

2. Regras da prova

✓ Cumpra as normas previstas no Edital, Caderno de Questões e Folha de Respostas. O descumprimento poderá resultar em eliminação.

3. Folha de Respostas

✓ É o documento utilizado para a correção da prova.
✓ Assine e marque apenas uma alternativa por questão.
✓ Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
✓ Entregue a Folha de Respostas ao fiscal ao final da prova.

4. Provas e gabaritos

✓ Serão divulgados no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme os prazos do Edital.

5. Condutas proibidas

✓ Não manuseie a prova antes da autorização.
✓ Não se comunique com outros candidatos.
✓ Não utilize aparelhos eletrônicos.
✓ Não anote o gabarito fora dos locais permitidos.

6. Permanência e saída

✓ Respeite o tempo mínimo de permanência previsto no Edital.
✓ Não deixe o local sem autorização do fiscal.
✓ Ao concluir, entregue os materiais exigidos e assine os documentos de controle, quando solicitado.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Na frase "Os servidores bastante experientes resolveram rapidamente o problema", as palavras "bastante" e "rapidamente" classificam-se, respectivamente, como:

(A) Pronome indefinido e adjetivo de modo.
(B) Adjetivo qualificativo e advérbio de tempo.
(C) Advérbio de modo e pronome indefinido.
(D) Adjetivo indefinido e advérbio de intensidade.
(E) Advérbio de intensidade e advérbio de modo.

Questão 02

Assinale a alternativa em que a indicação da sílaba tônica está correta segundo a pronúncia-padrão da língua portuguesa:

(A) "Recorde" é palavra paroxítona, com tonicidade na sílaba final.
(B) "Gratuito" é palavra proparoxítona, com tonicidade na sílaba inicial.
(C) "Ínterim" é palavra oxítona, com tonicidade na última sílaba.
(D) "Rúbrica" é palavra proparoxítona, com tonicidade na primeira sílaba.
(E) "Nobel" é palavra paroxítona, com tonicidade na primeira sílaba.

Questão 03

No período "Embora o prazo tenha sido prorrogado, muitos candidatos entregaram os documentos antes da data inicialmente prevista", a oração iniciada por "Embora" classifica-se como:

(A) Oração subordinada adverbial causal.
(B) Oração subordinada substantiva subjetiva.
(C) Oração subordinada adverbial concessiva.
(D) Oração coordenada sindética adversativa.
(E) Oração subordinada adverbial temporal.

Questão 04

Assinale a alternativa em que a concordância verbal está plenamente adequada à norma-padrão:

(A) Devem existir soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.
(B) Deve haverem soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.
(C) Devem haverem soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.
(D) Deve existirem soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.
(E) Devem haver soluções mais adequadas para os problemas que ainda persistem no setor.

Questão 05

Leia o fragmento:

"Solicitamos aos servidores que encaminhem, até 15 de outubro, os documentos pendentes ao Setor de Recursos Humanos, a fim de possibilitar a atualização dos registros funcionais."

Considerando sua finalidade comunicativa predominante, esse fragmento aproxima-se de um gênero textual de natureza:

(A) Argumentativa e opinativa, pois apresenta uma tese e procura convencer o leitor por meio de justificativas.
(B) Descritiva e literária, pois caracteriza detalhadamente pessoas, espaços e situações do ambiente de trabalho.
(C) Instrucional e administrativa, pois comunica uma providência esperada do destinatário em contexto institucional.
(D) Narrativa e memorialística, pois relata uma sequência de acontecimentos ocorridos no ambiente profissional.
(E) Expositiva e científica, pois sistematiza conhecimentos técnicos destinados à formação conceitual do leitor.

Questão 06

Assinale a alternativa inteiramente adequada à norma-padrão quanto à regência, ao emprego da crase e à pontuação:

(A) A servidora referiu-se aquela norma e informou aos interessados, que o prazo havia sido prorrogado.
(B) A servidora referiu-se àquela norma, e informou aos interessados que o prazo, havia sido prorrogado.
(C) A servidora referiu aquela norma e informou, aos interessados que o prazo havia sido prorrogado.
(D) A servidora referiu-se à aquela norma e informou aos interessados que, o prazo havia sido prorrogado.
(E) A servidora referiu-se àquela norma e informou, aos interessados, que o prazo havia sido prorrogado.

Questão 07

Assinale a alternativa em que todas as palavras estão corretamente acentuadas segundo a norma-padrão da língua portuguesa:

(A) Juízes, saída, possível e carater.
(B) Juízes, saìda, possivel e caráter.
(C) Juízes, saída, possível e caráter.
(D) Juízes, saída, possivél e caráter.
(E) Juizes, saída, possível e caráter.

Questão 08

Em uma entrevista, um falante afirma: "A gente vai chegar mais cedo hoje." Considerando as variedades

linguísticas e a adequação ao contexto, é **CORRETO** afirmar que essa construção:

(A) É comum na linguagem cotidiana e adequada em contextos informais, embora situações formais possam exigir escolhas conforme a norma-padrão.

(B) Constitui erro de concordância porque a expressão "a gente" exige verbo flexionado obrigatoriamente na primeira pessoa do plural.

(C) Pertence a uma variedade regional restrita e deve ser substituída por "nós" em qualquer situação de comunicação oral.

(D) Corresponde a uma forma exclusivamente popular que compromete a compreensão do enunciado em contextos urbanos e profissionais.

(E) Representa construção inadequada à língua portuguesa porque pronomes coletivos não podem exercer função de sujeito da oração.

Questão 09

Na frase "A cidade acordou assustada com o barulho da tempestade", o efeito expressivo decorre principalmente do emprego de:

(A) Metonímia, pois o nome da cidade substitui o nome específico do fenômeno responsável pelo barulho.

(B) Eufemismo, pois o enunciado suaviza os efeitos negativos provocados pelo fenômeno climático.

(C) Hipérbole, pois o enunciado amplia de forma exagerada a intensidade sonora produzida pela chuva.

(D) Personificação, pois se atribui à cidade uma ação e um estado próprios de seres humanos.

(E) Metáfora, pois a cidade é comparada diretamente a uma tempestade sem utilização de conectivo.

Questão 10

Em um ofício destinado a autoridade externa, a redação deve observar clareza, objetividade, impessoalidade e padronização. Assinale a alternativa mais adequada ao padrão de redação oficial:

(A) Encaminhamos, com enorme satisfação, o documento pedido, esperando que ele seja útil às decisões da autoridade.

(B) Estamos mandando o documento que vocês pediram e esperamos que resolvam logo essa situação.

(C) Informamos que o documento solicitado segue anexo para análise e adoção das providências que entender cabíveis.

(D) Segue aí o documento solicitado, conforme conversamos, para que seja feita a devida análise do caso.

(E) Estamos enviando o documento em questão e gostaríamos muito que houvesse retorno sobre o assunto brevemente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Considerando a distribuição constitucional de atribuições entre os órgãos de segurança pública, assinale a afirmativa **CORRETA**:

(A) À polícia federal compete a polícia ostensiva nas áreas de interesse federal e a preservação da ordem pública quando houver repercussão interestadual.

(B) Às polícias civis cabem funções de polícia judiciária e apuração de infrações penais, ressalvadas a competência da União e as infrações militares.

(C) Às polícias penais estaduais cabem a investigação de crimes praticados nos estabelecimentos penais e a polícia judiciária relativa à execução das penas.

(D) Aos corpos de bombeiros militares cabe a preservação ostensiva da ordem pública, enquanto a atividade de defesa civil compete às polícias militares estaduais.

(E) Às polícias militares cabem as funções de polícia judiciária estadual e a investigação das infrações comuns cuja repressão não seja atribuída à União.

Questão 12

Determinada região de um Estado pretende desmembrar-se para formar um novo Estado da Federação. De acordo com a Constituição Federal, a alteração territorial pretendida pressupõe:

(A) Aprovação da população do Estado de origem mediante referendo e posterior edição de lei ordinária pelo Congresso Nacional.

(B) Consulta à população diretamente atingida e aprovação da Assembleia Legislativa mediante lei estadual de reorganização territorial.

(C) Aprovação do eleitorado nacional por plebiscito e edição posterior de lei complementar pelo Congresso para instituição da nova unidade.

(D) Aprovação da população diretamente interessada mediante plebiscito e aprovação do Congresso Nacional por meio de lei complementar.

(E) Consulta aos Municípios integrantes da região e aprovação do Senado Federal mediante resolução específica sobre o desmembramento territorial.

Questão 13

A Constituição Federal assegura ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Considerando a aplicabilidade desse dispositivo, assinale a afirmativa **CORRETA**:

(A) O comando constitucional possui eficácia diferida, passando a incidir diretamente depois da edição das qualificações profissionais previstas em legislação específica.

(B) O dispositivo apresenta conteúdo programático dirigido ao legislador, dependendo de política pública posterior para gerar posições jurídicas subjetivas exigíveis.

(C) O direito produz eficácia integral insuscetível de restrição infraconstitucional, cabendo à lei disciplinar aspectos procedimentais sem limitar seu exercício.

(D) O direito depende de integração legislativa para produzir efeitos jurídicos, pois a ausência de lei impede o exercício da liberdade profissional assegurada.

(E) O direito possui aplicabilidade imediata, embora seu âmbito de exercício possa sofrer restrição legislativa autorizada pelo próprio texto constitucional.

Questão 14

Um agente de pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, atuando nessa qualidade, causa dano a terceiro durante a execução de suas funções. À luz do regime constitucional de responsabilidade civil, é **CORRETO** afirmar que:

(A) A responsabilidade constitucional alcança pessoas jurídicas de direito público, ficando as prestadoras privadas submetidas ao regime civil baseado na culpa.

(B) A responsabilidade recai inicialmente sobre o agente causador, passando à prestadora quando demonstrada insuficiência patrimonial para reparar o prejuízo.

(C) A prestadora responde quando comprovada culpa administrativa, cabendo ação regressiva contra o agente conforme a gravidade objetiva do dano produzido.

(D) A prestadora responde de forma objetiva, enquanto o direito de regresso contra o agente prescinde da demonstração de elemento subjetivo de sua conduta.

(E) A prestadora responde pelo dano causado pelo agente, assegurado direito de regresso contra este quando demonstrados dolo ou culpa.

Questão 15

É apresentada proposta de emenda constitucional destinada a substituir o voto secreto nas eleições periódicas por votação pública nominal dos eleitores. Considerando os limites impostos ao poder constituinte derivado reformador, essa proposta:

(A) Pode ser deliberada, desde que obtenha três quintos dos votos em dois turnos em cada Casa e seja posteriormente submetida a referendo popular.

(B) Pode ser aprovada mediante procedimento de emenda, desde que preserve o sufrágio universal e mantenha eleições diretas em intervalos previamente definidos.

(C) Não pode ser promulgada pelo Congresso, mas pode ser submetida ao eleitorado mediante plebiscito para exercício direto do poder constituinte reformador.

(D) Não pode ser objeto de deliberação, pois tende a abolir característica do voto expressamente protegida como limitação material ao poder de reforma.

(E) Pode tramitar regularmente, pois as limitações materiais impedem a extinção do voto periódico, mas admitem alterações relacionadas ao seu caráter secreto.

INFORMÁTICA

Questão 16

Os sistemas operacionais são softwares responsáveis pelo gerenciamento dos recursos do computador e pela interação entre o usuário, os programas e o hardware.

Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE exemplos de sistemas operacionais.

(A) Linux, Microsoft Excel e Windows.

(B) Microsoft Word, macOS e Ubuntu.

(C) Google Chrome, Mozilla Firefox e macOS.

(D) Windows, Google Chrome e Linux.

(E) Windows, Linux e macOS.

Questão 17

Em um computador, o usuário pode armazenar documentos em diferentes dispositivos e organizar esses dados por meio de operações de gerenciamento de arquivos.

Considerando os conceitos de armazenamento, arquivos, pastas e operações de gerenciamento, assinale a alternativa CORRETA:

(A) A cópia de um arquivo gera outra ocorrência do mesmo conteúdo em um local de destino, enquanto a movimentação transfere o arquivo de sua localização original para outra.

(B) Arquivos armazenados em SSD não podem ser organizados em pastas, uma vez que esse tipo de dispositivo utiliza memória eletrônica em vez de discos magnéticos.

(C) A exclusão de um arquivo sempre provoca sua remoção definitiva do dispositivo, independentemente do sistema operacional ou do local em que esteja armazenado.

(D) A movimentação de um arquivo entre pastas altera obrigatoriamente seu conteúdo e sua extensão, pois o sistema precisa recriá-lo no novo diretório.

(E) A criação de pastas aumenta automaticamente a capacidade física de armazenamento do dispositivo, pois o sistema passa a reservar novos espaços independentes no disco.

Questão 18

Em um sistema computacional, os componentes físicos que podem ser tocados, como teclado, monitor, memória e processador, constituem o _____. Já os programas, aplicativos e sistemas operacionais utilizados

para executar tarefas correspondem ao _____.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem apresentada:

(A) hardware - sistema de navegação
(B) hardware - software
(C) hardware - processador
(D) sistema operacional - hardware
(E) software - disco rígido

Questão 19

Um analista administrativo utiliza uma planilha do Microsoft Excel para consolidar indicadores mensais. No intervalo A1:C3, as células contêm os seguintes valores numéricos: A1 = 2, B1 = 4, C1 = 6; A2 = 3, B2 = 5, C2 = 7; A3 = 1, B3 = 8, C3 = 9. As demais células da planilha estão vazias. O analista digitou, na célula E1, a fórmula =$A1*B$1+C1 e, em seguida, copiou essa célula e colou-a na célula F2, por meio dos comandos Copiar e Colar.

Considerando o tratamento dado pelo Excel às referências relativas, absolutas e mistas, assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a fórmula obtida em F2 e o valor nela exibido.

(A) =$A2*C$1+D2, cujo resultado exibido é 18.
(B) =$B2*C$1+D2, cujo resultado exibido é 30.
(C) =$A2*B$1+C2, cujo resultado exibido é 19.
(D) =$A2*C$1+C2, cujo resultado exibido é 25.
(E) =$A1*C$2+D2, cujo resultado exibido é 14.

Questão 20

Um colaborador precisa enviar a mesma mensagem de e-mail a vários destinatários externos. Por questões de privacidade, os endereços eletrônicos desses destinatários não devem ficar visíveis uns aos outros. O colaborador também precisa enviar uma cópia da mensagem ao seu supervisor, cujo endereço pode ficar visível aos destinatários, apenas para que ele tenha conhecimento da comunicação realizada.

Considerando os recursos disponíveis para o envio de mensagens por correio eletrônico e os requisitos de privacidade apresentados na situação, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Inserir os destinatários externos e o supervisor no campo Para, pois esse campo permite que cada destinatário visualize somente o próprio endereço eletrônico.
(B) Inserir os destinatários externos e o supervisor no campo CC, pois esse campo oculta automaticamente os endereços de todos os destinatários da mensagem.
(C) Inserir os destinatários externos em CCO, ocultando seus endereços dos demais, e o supervisor em CC, mantendo seu endereço visível.
(D) Inserir os destinatários externos no campo CC e o supervisor no campo Para, pois os endereços incluídos em CC permanecem ocultos.
(E) Inserir os destinatários externos no campo Para e o supervisor no campo CCO, pois os endereços informados em Para não são exibidos aos demais destinatários.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 21

A cobrança administrativa do crédito tributário não pago percorre etapas encadeadas, cada uma delas pressuposto da seguinte. Considere as etapas listadas abaixo:

(1) Inscrição do crédito no registro da repartição administrativa competente.

(2) Notificação do sujeito passivo acerca do lançamento.

(3) Protesto do título extraído, como prova formal da inadimplência.

(4) Esgotamento do prazo fixado para pagamento sem que este ocorra.

(5) Extração da certidão que reproduz os elementos do registro.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA em que essas etapas se sucedem:

(A) 4, 2, 5, 1, 3.
(B) 2, 4, 1, 3, 5.
(C) 2, 4, 5, 1, 3.
(D) 2, 4, 1, 5, 3.
(E) 4, 2, 1, 3, 5.

Questão 22

Durante diligência em estabelecimento prestador de serviços, o fiscal municipal é impedido de prosseguir por funcionários que o hostilizam, sem que a conduta configure crime ou contravenção. Diante dessa situação, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A requisição de força pública pressupõe que o embaraço configure crime ou contravenção, restando ao fiscal, nos demais casos, lavrar o termo próprio e encerrar a diligência.
(B) A autoridade fiscal pode requisitar o auxílio da força pública federal, estadual ou municipal, ainda que o fato verificado não configure crime ou contravenção.
(C) O contribuinte pode recusar a exibição dos livros durante a diligência, invocando o sigilo comercial, até que o fiscal apresente ordem judicial específica.
(D) A requisição de força pública depende de prévia autorização judicial, por envolver o emprego de coerção física contra o contribuinte sob fiscalização no local.

(E) O fiscal pode ingressar, contra a vontade do titular, no escritório interno fechado ao público, por força da autoexecutoriedade dos atos de fiscalização tributária.

Questão 23

Na fiscalização do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o auditor verifica se o imóvel integra a zona urbana e se o Município pode diferenciar a carga do imposto entre imóveis. Acerca dessa fiscalização, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) A escola primária ou o posto de saúde situados a até três quilômetros do imóvel figuram entre os melhoramentos computados para caracterizar a zona urbana.

(__) Para caracterizar a zona urbana definida pelo Município, basta a existência de um dos melhoramentos construídos ou mantidos pelo Poder Público, como o abastecimento de água.

(__) O imposto pode ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel, sem prejuízo da progressividade no tempo prevista na Constituição.

(__) O imóvel situado na zona urbana e comprovadamente utilizado em exploração agropecuária sujeita-se ao IPTU, prevalecendo o critério da localização do bem.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) F, V, F, V.
(B) F, F, V, V.
(C) V, V, F, F.
(D) V, F, F, V.
(E) V, F, V, F.

Questão 24

Na cobrança do crédito municipal contra devedor falido, a Fazenda Pública concorre com os demais credores segundo a classificação legal dos créditos concursais. Considere as classes de créditos listadas abaixo:

(1) Multas tributárias.

(2) Créditos tributários, excetuadas as multas.

(3) Saldos dos créditos trabalhistas que excedem 150 salários-mínimos por credor.

(4) Créditos trabalhistas limitados a 150 salários-mínimos por credor.

(5) Créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA de classificação dessas classes, da primeira à última a ser paga:

(A) 4, 2, 5, 3, 1.
(B) 5, 4, 2, 1, 3.
(C) 5, 4, 2, 3, 1.
(D) 4, 5, 2, 3, 1.
(E) 4, 2, 5, 1, 3.

Questão 25

Com base exclusivamente no art. 156-B da Constituição Federal, incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA sobre a instância máxima de deliberação do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.

(A) As deliberações são aprovadas pela maioria absoluta do total de 54 membros da instância máxima, somados os representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em votação única e conjunta.
(B) A presidência da instância máxima cabe em caráter permanente ao conjunto dos Estados e do Distrito Federal, reservada ao conjunto dos Municípios e do Distrito Federal a relatoria dos processos submetidos a ela.
(C) As deliberações exigem, no conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, a maioria absoluta dos seus representantes e ainda o voto de representantes de Municípios que correspondam a mais de 50% (cinquenta por cento) da população do País.
(D) Dos 27 membros que representam o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, 14 são eleitos com base nos votos de cada Município, com valor igual para todos, e 13 com base nos votos ponderados pelas populações.
(E) Dos 27 membros que representam o conjunto dos Municípios e do Distrito Federal, 13 são eleitos com base nos votos de cada Município, com valor igual entre eles, e 14 com base nos votos ponderados pelas populações.

Questão 26

Pela regra geral de vigência da legislação tributária, a lei que reduz isenções de impostos sobre _____ entra em vigor no _____ àquele em que ocorra a sua publicação, salvo disposição mais favorável.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) o patrimônio ou a renda - primeiro dia do exercício seguinte
(B) a importação ou a exportação - primeiro dia do exercício seguinte
(C) a transmissão de bens imóveis - quadragésimo quinto dia seguinte
(D) o patrimônio ou a renda - nonagésimo dia seguinte
(E) a produção ou a circulação - primeiro dia do exercício seguinte

Questão 27

Nos tributos sujeitos a lançamento por homologação, a informação prestada pelo contribuinte ao fisco produz efeitos relevantes sobre a formalização da exigência tributária. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco.

PORQUE

II. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(B) As asserções I e II são falsas.
(C) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(D) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(E) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

Questão 28

Em operações societárias, o Município pode exigir da sociedade sucessora créditos relativos a fatos geradores anteriores ao ato, segundo as regras de responsabilidade por sucessão. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

PORQUE

II. A responsabilidade por sucessão alcança os tributos devidos pela sucedida, mas não as multas punitivas, que se extinguem com a pessoa jurídica a que foram impostas.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(B) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(C) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.
(D) As asserções I e II são falsas.
(E) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

Questão 29

Na revisão do cadastro de benefícios do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o auditor distingue as imunidades, cujo alcance decorre da Constituição, das isenções concedidas pelo legislador local e reconhecidas pela administração. Quanto a esses benefícios, analise as afirmativas a seguir:

I. Ainda quando alugado a terceiros, permanece imune ao IPTU o imóvel de entidade de assistência social sem fins lucrativos, se os aluguéis forem aplicados nas suas finalidades.

II. A imunidade recíproca afasta a taxa de coleta de lixo cobrada pelo Município sobre imóvel de autarquia estadual vinculado às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

III. A isenção não geral de tributo lançado por período certo tem o despacho renovado antes da expiração de cada período, cessando os efeitos se não promovida a continuidade.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I apenas.
(B) I, II e III.
(C) I e III apenas.
(D) III apenas.
(E) II e III apenas.

Questão 30

As taxas municipais pressupõem atividade estatal referida ao contribuinte, e o Supremo Tribunal Federal já delimitou quais atividades podem ser custeadas por essa espécie tributária. A respeito dessas taxas, analise as afirmativas a seguir:

I. É constitucional a taxa de renovação de funcionamento e localização, desde que efetivo o exercício do poder de polícia, demonstrado pela existência de órgão e estrutura competentes.

II. O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa, por não se revestir de especificidade e de divisibilidade em relação a cada contribuinte.

III. O Município pode instituir taxa destinada à prevenção e ao combate a incêndios, por se tratar de serviço específico e divisível prestado ou posto à disposição dos imóveis locais.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I apenas.
(B) II apenas.
(C) I e III apenas.
(D) I, II e III.
(E) I e II apenas.

Questão 31

Omissa a legislação tributária, o pagamento é efetuado na repartição competente do _____ do sujeito passivo, e a legislação pode conceder _____ pela antecipação do pagamento, nas condições que estabeleça.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) domicílio - moratória
(B) foro - remissão
(C) local do fato gerador - remissão
(D) domicílio - desconto
(E) local do fato gerador - desconto

Questão 32

Em fiscalização do Imposto Sobre Serviços (ISS), o auditor examina empresa que licencia programas de computador padronizados e desenvolvidos sob encomenda, entregues por download ou em mídia física a clientes do Município. Nesse caso, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Incidem o ISS e o imposto estadual de forma concomitante, repartida a base de cálculo entre o valor da licença e o valor atribuído ao programa como bem corpóreo.
(B) Incide o ISS sobre a instalação e o treinamento contratados, ficando o licenciamento fora do campo dos dois impostos, por constituir cessão de direito ao cliente.
(C) Incide o ISS sobre o licenciamento ou a cessão de direito de uso, seja o programa padronizado ou elaborado por encomenda, afastada a incidência do imposto estadual.
(D) Incide o imposto estadual sobre o licenciamento do programa padronizado, comercializado em série, e o ISS sobre o licenciamento do programa elaborado por encomenda.
(E) Incide o imposto estadual quando o programa é entregue em mídia física, por haver circulação de mercadoria, e o ISS quando a entrega ocorre por transferência eletrônica.

Questão 33

A extinção dos atos de consentimento expedidos pelo Município assume modalidades distintas conforme a causa que a determina. Associe cada modalidade de extinção, na Coluna I, à situação correspondente, na Coluna II:

Coluna I

1. Cassação.

2. Caducidade.

3. Revogação.

4. Anulação.

Coluna II

(__) Permissão de uso de calçada por mesas de bar extinta porque norma posterior de posturas passou a vedar essa ocupação no logradouro.

(__) Licença de funcionamento de hotel retirada porque o titular passou a explorar no imóvel atividade diversa daquela consentida.

(__) Alvará expedido com base em laudo que atestava requisito legal inexistente, retirado com efeitos retroativos à sua expedição.

(__) Permissão de banca de jornal retirada por motivo de conveniência e oportunidade, diante do embaraço à circulação de pedestres.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

(A) 2, 1, 4, 3.
(B) 1, 4, 2, 3.
(C) 2, 4, 1, 3.
(D) 1, 2, 3, 4.
(E) 2, 1, 3, 4.

Questão 34

A competência tributária do Município decorre da Constituição e seu exercício é disciplinado por normas gerais tributárias e por regras de responsabilidade na gestão fiscal. A respeito dessa competência, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) Não instituído o Imposto Predial e Territorial Urbano pelo Município, o Estado não passa a deter competência para exigi-lo dos proprietários dos imóveis ali situados.

(__) O Município institui, por lei, contribuição cobrada dos servidores ativos, aposentados e pensionistas para o custeio do seu regime próprio de previdência social.

(__) A vedação de transferências voluntárias ao ente que não institui e arrecada os tributos de sua competência alcança a omissão quanto às taxas e à contribuição de melhoria.

(__) O Município institui, por lei própria, o imposto sobre a transmissão causa mortis dos imóveis situados em seu território, reservada ao Estado a dos bens móveis.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) F, F, V, V.
(B) V, V, F, F.
(C) V, F, F, V.
(D) F, V, F, V.
(E) V, F, V, F.

Questão 35

O imposto municipal sobre serviços admite formas distintas de cálculo e recolhimento conforme o modo de organização do prestador. Associe cada regime, na Coluna I, à situação correspondente, na Coluna II:

Coluna I

1. Tributação fixa pelo trabalho pessoal do próprio contribuinte.

2. Tributação fixa calculada por profissional habilitado.

3. Incidência sobre o preço do serviço.

4. Opção pelo Simples Nacional.

Coluna II

(__) Escritório de contabilidade integrado por três contadores que prestam o serviço em nome do escritório e assumem responsabilidade pessoal pelos trabalhos.

(__) Microempresa de manutenção de equipamentos que recolhe o imposto municipal com tributos federais, em documento único, por percentual da receita bruta.

(__) Advogado que atua individualmente, sem estrutura empresarial, com montante definido pela natureza da atividade e não pela importância recebida.

(__) Clínica organizada como sociedade empresária, com sócios não médicos e atuação de caráter empresarial, tributada sobre a receita de cada atendimento.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

(A) 2, 4, 1, 3.
(B) 2, 1, 4, 3.
(C) 4, 2, 1, 3.
(D) 2, 1, 3, 4.
(E) 4, 2, 3, 1.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 36

Uma autoridade administrativa federal autorizou determinada providência favorável a uma empresa fiscalizada. Em revisão interna realizada poucos meses depois, constatou-se que o ato apresentava defeito de competência, mas a competência não era exclusiva, não havia desvio de finalidade e a manutenção dos efeitos não causaria lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros. Um setor defendeu a anulação obrigatória do ato, sob o argumento de que qualquer ilegalidade impede sua preservação. Outro sustentou que a Administração poderia simplesmente revogá-lo. Um terceiro propôs o saneamento do defeito, preservando o ato e seus efeitos juridicamente aproveitáveis.

Com base exclusivamente na redação atual dos arts. 53, 54 e 55 da Lei Federal nº 9.784/1999, sem considerar construções doutrinárias ou jurisprudenciais adicionais, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A convalidação somente seria juridicamente possível após transcorrido o prazo decadencial de cinco anos, pois antes desse período a Administração permanece vinculada ao dever de anulação.
(B) O ato poderá ser convalidado pela própria Administração, desde que o defeito seja sanável e a decisão evidencie inexistência de lesão ao interesse público e de prejuízo a terceiros.
(C) A preservação do ato dependerá necessariamente de autorização judicial prévia, porque somente o Poder Judiciário pode reconhecer a possibilidade de saneamento de ilegalidade administrativa já consumada.
(D) A Administração deverá revogar o ato por ilegalidade, uma vez que a revogação constitui o instrumento previsto legalmente para eliminar atos administrativos portadores de vícios originários sanáveis.
(E) Todo defeito de competência impõe anulação integral do ato, pois a Lei Federal nº 9.784/1999 proíbe a convalidação sempre que a ilegalidade estiver presente desde sua formação.

Questão 37

Durante a organização dos trabalhos de uma secretaria municipal, o dirigente adotou medidas para distribuir atividades entre unidades subordinadas e determinou a apuração de possível infração funcional cometida por servidor. Paralelamente, o chefe do Poder Executivo editou regulamento destinado à execução de uma lei municipal. Em reunião administrativa, surgiram dúvidas sobre os fundamentos jurídicos dessas medidas e os limites de atuação das autoridades envolvidas. Considerando os poderes administrativos, assinale a alternativa que apresenta a interpretação CORRETA das situações descritas.

(A) O poder hierárquico organiza os serviços, o disciplinar apura condutas de cidadãos sem vínculo e o regulamentar detalha a execução da lei.
(B) O poder hierárquico organiza os serviços internos, o disciplinar apura faltas funcionais e o regulamentar detalha a execução da lei.
(C) O poder hierárquico orienta os serviços, o disciplinar elabora regulamentos de execução e o regulamentar conduz apurações funcionais.
(D) O poder hierárquico apura faltas funcionais, o disciplinar distribui tarefas internas e o regulamentar disciplina a execução das leis.
(E) O poder hierárquico organiza os serviços, o disciplinar apura condutas funcionais e o regulamentar modifica exigências fixadas por lei.

Questão 38

No exame das contas públicas, surgiu controvérsia sobre as funções constitucionalmente atribuídas ao Tribunal de Contas da União. Um assessor sustentou que o Tribunal julgaria diretamente as contas anuais do Presidente da República. Outro afirmou que o órgão se limitaria a produzir pareceres sem poder julgar contas de administradores ou responsáveis por recursos públicos. Um terceiro observou que a Constituição utiliza deliberadamente verbos distintos ao disciplinar as contas presidenciais e as contas dos administradores, além de atribuir ao Tribunal outras competências de fiscalização.

Considerando exclusivamente os arts. 70 e 71, incisos I e II, da Constituição da República Federativa do Brasil

de 1988, analise as asserções e a relação proposta entre elas:

I. O Tribunal de Contas da União aprecia as contas anuais prestadas pelo Presidente da República mediante parecer prévio, enquanto julga as contas dos administradores e demais responsáveis indicados constitucionalmente.

PORQUE

II. O controle externo da União está a cargo do Congresso Nacional e é exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, cujas competências são constitucionalmente delimitadas.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

(A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

(B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.

(C) As asserções I e II são proposições falsas.

(D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

(E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.

Questão 39

Em processo administrativo federal instaurado após atividade fiscalizatória, a autoridade designada para participar da instrução verificou que seu companheiro havia atuado como representante do interessado no mesmo procedimento. Apesar disso, decidiu permanecer no feito, alegando que conseguiria manter imparcialidade subjetiva e que eventual afastamento dependeria de provocação expressa da parte. Outro servidor observou que a Lei Federal nº 9.784/1999 distingue situações de impedimento e suspeição e, para determinadas circunstâncias objetivas, impõe dever funcional de comunicação e abstenção.

Antes da prática de novos atos, a unidade jurídica foi consultada para determinar a providência legalmente adequada.

Com base exclusivamente nos arts. 18 e 19 da Lei Federal nº 9.784/1999, sem considerar jurisprudência ou doutrina, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A participação permanece válida enquanto não demonstrado interesse econômico direto da autoridade, pois relações pessoais de representação são juridicamente insuficientes para configurar impedimento administrativo.

(B) O afastamento depende de requerimento do interessado e de comprovação de prejuízo concreto, porque a Lei Federal nº 9.784/1999 não determina abstenção espontânea da autoridade.

(C) O impedimento somente existiria se a própria autoridade tivesse atuado como representante, pois a atuação de cônjuge ou companheiro não integra as hipóteses objetivas previstas legalmente.

(D) A autoridade encontra-se impedida de atuar e deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de participar do processo administrativo nas condições narradas.

(E) A autoridade pode permanecer no processo caso declare formalmente sua imparcialidade, pois a participação de companheiro como representante constitui hipótese legal de suspeição facultativa.

Questão 40

Em auditoria realizada no âmbito da Administração Pública federal, foi localizado ato administrativo praticado há mais de cinco anos que produziu efeitos favoráveis ao destinatário. Não havia comprovação de má-fé. Os efeitos patrimoniais decorrentes do ato eram contínuos e o primeiro pagamento havia ocorrido também há mais de cinco anos, sem que, nesse período, autoridade administrativa tivesse adotado medida que importasse impugnação à validade do ato. A unidade revisora sustentou que atos ilegais poderiam ser anulados a qualquer tempo, pois a autotutela administrativa afastaria qualquer limitação temporal. A assessoria jurídica, porém, apontou a existência de disciplina legal específica sobre decadência.

Com base exclusivamente no art. 54, caput e §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 9.784/1999, sem considerar jurisprudência ou outras normas, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O direito de anular permanece indefinidamente exercitável porque a ilegalidade originária impede a incidência de decadência sobre atos administrativos que produzam efeitos patrimoniais favoráveis.

(B) O prazo decadencial é de dez anos para atos favoráveis, contando-se, nos efeitos patrimoniais contínuos, individualmente de cada pagamento realizado ao respectivo destinatário.

(C) O prazo de cinco anos somente começa após a Administração instaurar processo formal de revisão, ainda que os efeitos patrimoniais tenham sido produzidos regularmente desde a prática do ato.

(D) O direito de anular decai em cinco anos, salvo comprovada má-fé, e, havendo efeitos patrimoniais contínuos, a contagem inicia-se com a percepção do primeiro pagamento.

(E) A ausência de má-fé reduz o prazo decadencial para três anos, enquanto sua comprovação amplia o período de anulação administrativa para cinco anos contados do último pagamento.

Questão 41

No levantamento patrimonial de um Município, a equipe responsável identificou três imóveis submetidos a situações distintas. O primeiro abriga permanentemente uma unidade administrativa de fiscalização ambiental. O

segundo corresponde a uma praça aberta indistintamente à utilização coletiva. O terceiro pertence ao Município, mas não está afetado a serviço administrativo nem destinado diretamente ao uso coletivo. Diante da intenção de reorganizar o patrimônio, a Administração precisou determinar a classificação jurídica de cada imóvel antes de avaliar as possibilidades de utilização, alienação ou mudança de destinação.

A equipe foi alertada de que a mera titularidade municipal não torna todos os bens idênticos quanto à sua classificação, pois a destinação atribuída ao patrimônio público interfere diretamente no enquadramento jurídico.

Considerando exclusivamente a classificação estabelecida pelos arts. 98 a 103 da Lei Federal nº 10.406/2002, Código Civil, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A unidade administrativa constitui bem dominical, a praça constitui bem de uso especial e o imóvel sem afetação constitui bem de uso comum, segundo sua disponibilidade econômica.

(B) A praça e o imóvel administrativo integram necessariamente a mesma categoria, pois a classificação dos bens públicos decorre da titularidade estatal e não da destinação atribuída ao bem.

(C) A unidade administrativa constitui bem de uso especial, a praça constitui bem de uso comum do povo e o imóvel sem destinação pública específica pode enquadrar-se como dominical.

(D) O imóvel sem destinação específica constitui bem de uso comum do povo, enquanto os imóveis materialmente utilizados pela Administração são classificados como bens dominicais indisponíveis.

(E) A unidade administrativa e a praça constituem bens dominicais, pois pertencem ao Município, enquanto o terceiro imóvel configura bem de uso especial por estar disponível à Administração.

Questão 42

No cumprimento de atividade fiscalizatória, agente de pessoa jurídica de direito público, atuando nessa qualidade, praticou conduta que causou dano comprovado a terceiro. A apuração posterior demonstrou nexo causal entre a atuação administrativa e o prejuízo. Em procedimento interno, discutiu-se a estrutura constitucional da responsabilidade: um setor defendeu que o lesado somente poderia obter reparação se demonstrasse previamente dolo ou culpa pessoal do agente; outro afirmou que eventual responsabilização regressiva do agente seguiria exatamente os mesmos pressupostos utilizados na relação entre o Estado e a vítima.

Para solucionar a controvérsia, considere exclusivamente o § 6º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sem considerar hipóteses especiais construídas pela jurisprudência.

Analise as sentenças:

I. A pessoa jurídica de direito público responde pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

II. O texto constitucional assegura direito de regresso contra o agente responsável nos casos de dolo ou culpa.

III. A responsabilização da pessoa jurídica perante o terceiro exige, pelo próprio § 6º do art. 37, prévia comprovação de dolo do agente causador.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

(A) II e III, apenas.
(B) II, apenas.
(C) I, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I e III, apenas.

Questão 43

Na execução de contrato administrativo destinado ao monitoramento de áreas ambientalmente sensíveis, o fiscal designado constatou sucessivas falhas técnicas da contratada. Ele registrou formalmente as ocorrências, determinou a correção das deficiências compreendidas em sua esfera de atuação e, posteriormente, identificou situação cuja solução exigia providência que ultrapassava sua competência funcional. A empresa contratada argumentou que o fiscal deveria solucionar pessoalmente toda ocorrência relacionada à execução, enquanto determinado gestor sustentou que a contratação de terceiro para prestar assistência técnica transferiria integralmente ao particular a responsabilidade pela fiscalização.

Com base exclusivamente no art. 117, caput e §§ 1º a 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem considerar regulamentos locais, jurisprudência ou doutrina, julgue as afirmações como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__) O fiscal deve registrar as ocorrências relacionadas à execução contratual.

(__) Providência que ultrapasse sua competência deve ser informada aos superiores em tempo hábil.

(__) A contratação de terceiro para assisti-lo transfere integralmente a esse terceiro a função fiscalizatória.

(__) O fiscal pode determinar medidas necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) F, V, F, V.
(B) V, V, F, V.
(C) F, V, V, F.
(D) V, F, V, V.
(E) V, V, V, F.

Questão 44

Após a reorganização administrativa de determinado Município, a Secretaria responsável pela fiscalização passou a contar com agentes submetidos a diferentes formas de vínculo com o Poder Público. No mesmo setor trabalham um Fiscal de Tributos investido em cargo efetivo após concurso público, um ocupante exclusivamente de cargo em comissão destinado às atribuições de direção, uma empregada de empresa pública admitida mediante concurso e um profissional contratado temporariamente para atender necessidade excepcional definida em lei municipal. Em procedimento interno de capacitação, surgiu divergência quanto à classificação desses agentes, pois alguns servidores sustentaram que somente o titular de cargo efetivo poderia ser considerado agente público, enquanto outros defenderam que a natureza do vínculo, estatutária, celetista, comissionada ou temporária, não impede necessariamente o enquadramento na categoria geral de agentes públicos.

Considerando a classificação doutrinária dos agentes públicos e as diferentes formas de vínculo descritas, assinale a alternativa CORRETA.

(A) O ocupante exclusivamente de cargo em comissão equipara-se ao servidor efetivo quanto à permanência do vínculo, diferenciando-se deste somente porque sua investidura prescinde de aprovação prévia em concurso.

(B) O contratado temporariamente deixa de ser agente público porque a transitoriedade do vínculo impede sua inserção na categoria, ainda que desempenhe função pública mediante contratação administrativa válida.

(C) O empregado de empresa pública integra necessariamente a categoria dos agentes políticos, pois sua relação contratual ocorre com entidade integrante da Administração Pública indireta e depende de concurso.

(D) O conceito de agente público possui amplitude suficiente para alcançar diferentes vínculos de exercício de função estatal, embora cargo público, emprego público e função temporária apresentem regimes jurídicos distintos.

(E) A expressão agente público compreende exclusivamente quem ocupa cargo público estatutário, razão pela qual empregados públicos, temporários e comissionados integram categorias externas à estrutura funcional administrativa.

Questão 45

Em órgão responsável pela fiscalização municipal, um agente, deliberadamente e com finalidade ilícita demonstrada nos autos, revelou informação sigilosa conhecida em razão das atribuições do cargo, permitindo que determinada empresa antecipasse providências e obtivesse vantagem informacional antes de operação fiscal. Na apuração, ficou comprovado o dolo, mas surgiu divergência sobre a incidência da Lei de Improbidade Administrativa após as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021. Um parecer utilizou a antiga formulação genérica do art. 11 para sustentar que qualquer violação abstrata aos princípios seria suficiente. Outro observou que a redação atual exige ação ou omissão dolosa e enquadramento nas condutas legalmente previstas.

Com base exclusivamente na redação atual do art. 11, caput e inciso III, da Lei Federal nº 8.429/1992, com as alterações vigentes, assinale a alternativa CORRETA.

(A) A divulgação de informação funcional sigilosa somente configura improbidade se houver simultaneamente enriquecimento ilícito do agente e prejuízo patrimonial material diretamente mensurável ao erário.

(B) A alteração legislativa suprimiu a possibilidade de enquadrar revelação de informação sigilosa como ato contra princípios, remetendo qualquer responsabilização exclusivamente às esferas penal e disciplinar.

(C) A revelação dolosa pode enquadrar-se no art. 11 quando envolver fato conhecido pelas atribuições que deva permanecer em segredo e produzir as circunstâncias legalmente qualificadoras da conduta.

(D) A violação abstrata da legalidade é suficiente para caracterizar improbidade do art. 11, independentemente do enquadramento da conduta nas hipóteses atualmente estabelecidas pela legislação.

(E) A configuração do art. 11 prescinde de dolo quando a informação revelada decorrer das atribuições funcionais do agente e possuir alguma relevância econômica para terceiro interessado.

Questão 46

Uma Administração pretende contratar serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual para realizar avaliação complexa vinculada a empreendimento público. Na fase preparatória, identificou profissional de notória especialização e passou a examinar a possibilidade de contratação direta. Um servidor afirmou que todo serviço técnico intelectual autoriza automaticamente inexigibilidade. Outro sustentou que a inexigibilidade somente existe quando a competição é inviável e quando o objeto e as condições concretas se enquadram nas hipóteses legais. Também se discutiu se serviços de publicidade e divulgação poderiam receber o mesmo tratamento destinado aos serviços técnicos especializados enumerados pela lei.

Considerando exclusivamente o art. 74, caput e inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem considerar jurisprudência ou doutrina, analise as asserções e a relação proposta entre elas:

I. A contratação direta por inexigibilidade pressupõe inviabilidade de competição, inclusive quando fundamentada na contratação dos serviços técnicos especializados previstos no inciso III.

PORQUE

II. A Lei Federal nº 14.133/2021 admite a inexigibilidade para serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, ressalvando expressamente os serviços de publicidade e divulgação.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA.

(A) As asserções I e II são proposições falsas.
(B) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
(C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
(D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
(E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.

Questão 47

Uma empresa contratada pela Administração praticou infração administrativa grave durante a execução contratual. Após análise preliminar, a autoridade cogitou aplicar impedimento de licitar e contratar ou declaração de inidoneidade. Um servidor propôs aplicação imediata da penalidade, concedendo defesa somente depois da decisão. Outro afirmou que bastaria manifestação unilateral do fiscal do contrato. A assessoria jurídica alertou que a Lei de Licitações estabelece procedimento específico para essas duas sanções e disciplina composição da comissão, defesa escrita, produção de provas e prazo prescricional.

Com base exclusivamente nos arts. 156, incisos III e IV, e 158, caput e §§ 1º a 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem considerar regulamentos ou jurisprudência, julgue as afirmações como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__) As sanções de impedimento e declaração de inidoneidade exigem processo de responsabilização.

(__) A comissão prevista no caput deve ser composta por dois ou mais servidores estáveis, ressalvada a disciplina legal aplicável a quadro não estatutário.

(__) O prazo legal para defesa escrita previsto no caput é de dez dias corridos contados da intimação.

(__) A instauração do processo de responsabilização interrompe a prescrição prevista no § 4º.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, F, V, V.
(B) F, V, F, V.
(C) V, V, F, V.
(D) V, V, V, F.
(E) F, F, V, V.

Questão 48

Ao examinar despesas relacionadas à execução de programa municipal de fiscalização, uma comissão administrativa discutiu os limites conceituais entre controle interno e controle externo. Parte dos integrantes sustentou que o controle externo substituiria integralmente os mecanismos internos sempre que envolvesse análise financeira. Outros afirmaram que apenas a legalidade poderia ser examinada pelos órgãos de controle, excluindo legitimidade e economicidade. Um terceiro grupo defendeu que os sistemas coexistem e possuem funções próprias dentro da arquitetura constitucional de fiscalização.

Para avaliar as proposições, considere exclusivamente os arts. 70 e 74 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, aplicados como matriz constitucional do sistema de controle.

Analise as sentenças:

I. O controle externo e o sistema de controle interno constituem mecanismos constitucionalmente distintos de fiscalização da Administração.

II. A fiscalização constitucional alcança, entre outros parâmetros expressamente previstos, legalidade, legitimidade e economicidade.

III. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, possuem dever constitucional relacionado à comunicação ao Tribunal de Contas competente.

Assinale a alternativa que apresenta apenas as proposições CORRETAS.

(A) II e III, apenas.
(B) I e III, apenas.
(C) I e II, apenas.
(D) I, apenas.
(E) I, II e III.

Questão 49

Após operação fiscal que resultou em diversas autuações, a assessoria de comunicação de determinado órgão público preparou campanha institucional para divulgar os resultados alcançados. A proposta inicial continha nomes, fotografias e frases de exaltação pessoal da autoridade responsável, apresentando-a como principal responsável pela eficiência das ações fiscalizatórias. A equipe jurídica advertiu que a divulgação de atividades administrativas deve respeitar simultaneamente os princípios constitucionais da Administração e as limitações específicas impostas à publicidade institucional.

Para decidir a questão, considere exclusivamente o caput e o § 1º do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sem considerar legislação infraconstitucional ou jurisprudência.

Julgue as afirmações abaixo como Verdadeiras (V) ou Falsas (F):

(__) A Administração Pública está constitucionalmente submetida aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(__) A publicidade institucional pode conter elementos de

promoção pessoal quando a autoridade tenha participado efetivamente da política pública divulgada.

(__) O caráter educativo, informativo ou de orientação social constitui parâmetro constitucional da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas.

(__) A publicidade institucional não deve conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

A sequência CORRETA, de cima para baixo, é:

(A) V, F, V, V.
(B) F, V, V, F.
(C) V, V, F, V.
(D) F, F, V, V.
(E) V, F, F, V.

Questão 50

Uma equipe de fiscalização identificou estabelecimento que desenvolvia atividade submetida a condicionamentos administrativos relacionados à proteção ambiental e ao ordenamento urbano. No local, o responsável alegou que qualquer restrição administrativa à liberdade econômica dependeria de prévia decisão judicial. Sustentou também que o poder de polícia se confundiria com atividade de segurança pública e que, por isso, fiscais administrativos não poderiam impor condicionamentos previstos no ordenamento. A chefia técnica esclareceu que o instituto possui finalidade própria no Direito Administrativo e pode manifestar-se por atos preventivos e repressivos, dentro das competências legalmente atribuídas.

Considerando os elementos jurídicos característicos do poder de polícia administrativa e sua aplicação à atividade fiscalizatória, associe as colunas:

Coluna 1

1. Discricionariedade

2. Autoexecutoriedade

3. Coercibilidade

4. Vinculação

Coluna 2

(__) Possibilidade juridicamente admitida de execução direta de determinada medida administrativa nas hipóteses autorizadas pelo ordenamento, sem que isso constitua autorização geral para atuação arbitrária.

(__) Imposição legítima da medida administrativa ao destinatário, observados competência, legalidade e demais limites jurídicos incidentes sobre a atuação estatal.

(__) Margem de escolha juridicamente conferida à Administração quanto a aspectos da atuação, dentro dos limites estabelecidos pelo ordenamento aplicável.

(__) Situação em que a norma predetermina os pressupostos e a consequência administrativa, sem deixar espaço juridicamente relevante para escolha administrativa.

Assinale a alternativa que contém a associação CORRETA, de cima para baixo.

(A) 1, 3, 4, 2.
(B) 3, 2, 1, 4.
(C) 2, 3, 1, 4.
(D) 4, 2, 3, 1.
(E) 2, 1, 4, 3.

PÁGINA DE RASCUNHO

INSTITUTO igeduc
CONCURSOS COM INTEGRIDADE

NÃO DESTACAR

Instagram Oficial:
@institutoigeduc